



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS

Nº do Termo: 5658 - Eletrônico -/2025 1320.01.0068860/2023-68

Termo de Doação que entre si celebram o Estado de  
Minas Gerais, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saúde,**  
**e o Hospital São Salvador**

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saúde**, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.715.516/0001-88, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, n.º 4.143, 12º andar - Prédio Minas - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900, neste ato representada pela Subsecretária de Redes de Atenção à Saúde, **Sra. Camila Moreira de Castro**, CPF \*\*\*.013.556-\*\*, doravante denominado **DOADOR** e o **Hospital São Salvador**, inscrito no CNPJ sob o n.º 16.607.509/0001-37, com sede na Rua Dr. Paulo Fonseca, n.º 1778, Bairro Porto Novo, Além Paraíba/MG, CEP 36.660-000, neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Flávio Henrique Falcão Araújo**, doravante denominado **DONATÁRIO**, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 22.812/2017, Decreto Estadual nº 47.622/2019, Resolução SEPLAG nº 37/2010 e nos termos abaixo discriminados.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. Constitui(em) objeto(s) do presente termo a doação, pelo **DOADOR**, em caráter definitivo e sem encargos, ao **DONATÁRIO**, do(s) material(is) constante(s) do Quadro de Detalhamento de Item(ns) doado(s).
- 1.2. O(s) bem(ns) foi(ram) vistoriado(s) pelo **DONATÁRIO**, que o(s) aceita no estado em que se encontra(m).

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DA DOAÇÃO:

- 2.1. A presente doação justifica-se para fins e uso de interesse social, quais sejam, a distribuição de material necessário ao desempenho das atividades exercidas pelo beneficiário, e tem como finalidade a estruturação de leitos de UTI adulto e pediátrico para atendimento de paciente do SUS que necessitam de terapia intensiva.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

- 3.1. Para efeito contábil, o valor total do(s) material(s) doado(s) é de R\$ 322.616,19 (trezentos e vinte e dois mil seiscentos e dezesseis reais e dezenove centavos), conforme informações extraídas do controle patrimonial do **DOADOR**.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

##### 4.1. DO DONATÁRIO:

- 4.1.1. Utilizar o(s) material(is) doado(s) exclusivamente para fins e uso de interesse social, de acordo com a cláusula segunda, do presente termo, não podendo ser utilizado(s) para atendimento a serviços privados, conveniados ou contratados.

**4.1.2.** Deverá ser providenciado o registro definitivo do(s) material(s) em seu patrimônio ou estoque em um prazo de até 60 (sessenta) dias após seu efetivo recebimento.

**4.1.3.** Adotar as medidas necessárias à regularização da documentação do(s) material(s) doado(s) junto ao órgão competente e suportar quaisquer ônus financeiros decorrentes da doação:

**4.1.3.1.** Em se tratando de veículo, deverá registrá-lo(s) junto ao órgão de trânsito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme determina o §1º do art. 123 da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1.997 – CTB ou, nos casos que a legislação especial prever, prazo diferencial.

**4.1.3.2.** No(s) caso(s) de veículo(s) novo(s), nacional(s) ou importado(s), deverá registrar e licenciar, em seu nome, junto ao órgão de trânsito do município, no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos à data de saída do(s) veículo(s), constante da nota fiscal ou documento alfandegário correspondente, do pátio da fábrica, da indústria encarregadora ou concessionária e do Posto Alfandegário, conforme determina a Resolução CONTRAN nº 911 de 28/03/2022.

**4.1.4.** Em se tratando de material permanente, deverá ser mantida placa de patrimônio, quando fornecida pelo **DOADOR**, juntamente com a placa de patrimônio do **DONATÁRIO**, permitindo a identificação do(s) material(s) pelo **DOADOR** durante toda sua vida útil.

**4.1.5.** O **DONATÁRIO** não poderá negociar o(s) material(s) sobre qualquer forma, salvo após a análise da fonte do recurso e autorização expressa pelo **DOADOR**, especialmente tanto à alienação, locação, empréstimo e permuta, devendo a qualquer tempo, disponibilizá-lo para inspeção, ficando vedada a sua utilização em atividade promocional em favor de quem quer que seja especialmente a candidato a cargo eletivo ou partido político e a inserção de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores, bem como a veiculação de propaganda.

**4.1.5.1.** Excepcionalmente no caso da alienação por venda, autorizada previamente pelo **DOADOR**, os recursos auferidos deverão ser aplicados para a mesma finalidade que da doação.

**4.1.6.** Em se tratando de veículo(s), deverá ser mantida a sua caracterização original, bem como deverá ser providenciada, obrigatoriamente, em local visível, a inscrição “Veículo a serviço e sob a responsabilidade do **DONATÁRIO**”; em caso de doação entre administração direta e indireta ou entre entidades da administração indireta, deverá ser providenciada a plotagem e adesivagem de acordo com o modelo adotado pelo Estado.

**4.1.7.** Receber o bem doado, mediante assinatura de Termo de Entrega e Recebimento.

**4.1.8.** O **DONATÁRIO** deverá preencher e encaminhar ao **DOADOR** “**Relatório de Utilização do Material Dado**” na periodicidade prevista no “**Plano de Acompanhamento da Doação**”, conforme previsto na Cláusula Nona.

**4.1.9.** Em se tratando de equipamentos **BIPAP** deverá o **DONATÁRIO** tomar as medidas necessárias frente às orientações do fabricante contatando a indústria através dos canais apontados no chamamento para o *Recall*.

**4.1.9.1.** Acatar as orientações da PHILIPS RESPIRONICS fabricante dos aparelhos BIPAP, modelo E30 10216710330 – 10216710331 que emitiu o ALERTA voluntário de *Recall* Nº 3563/2021, preconizando a necessidade de interrupção no uso dos dispositivos e a realização da manutenção, efetuando a troca dos aparelhos ou componentes danificados;

**4.1.9.2.** Acionar o fabricante através dos canais apontados no chamamento para *Recall*, providenciando a solução que atenda aos interesses de ambas as partes;

**4.1.9.3.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos pacientes, advindos da negligência ou desrespeito às orientações atreladas aos cuidados de *Recall* prescritos neste subitem, isentando o **DOADOR** de responsabilidades pelo descumprimento das orientações emitidas no Recall 3563/2021.

## **4.2. DO DOADOR:**

**4.2.1.** Disponibilizar ao **DONATÁRIO** o(s) material(s) relacionado(s) no Quadro de Detalhamento de Item(s) doados;

**4.2.2.** Promover a baixa contábil do(s) material(s);

**4.2.3.** Acompanhar a correta utilização do(s) material(s) segundo a finalidade estabelecida na Cláusula Segunda;

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA REVOGAÇÃO, DO DISTRATO E DAS PENALIDADES:**

**5.1.** A não utilização do(s) material(is) relacionado(s) como objeto(s) da doação para as finalidades estabelecidas na Cláusula Segunda, o descumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas, bem como a não retirada do

bem pelo **DONATÁRIO**, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias (Lei Estadual nº 22.812/2017), importará na revogação unilateral da doação, com a consequente reversão do(s) material(is) ao **DOADOR**, sem a necessidade de qualquer outra medida judicial ou extrajudicial e sem que caiba ao donatário indenização de qualquer natureza.

**5.2.** A qualquer momento, o **DOADOR** poderá solicitar ao **DONATÁRIO** relatório de utilização do objeto doado, a fim de comprovar que o **DONATÁRIO** está atendendo aos preceitos da **CLÁUSULA QUARTA**.

**5.3.** O presente instrumento de doação poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do **DOADOR**, quanto do **DONATÁRIO**, mediante prévia manifestação da Assessoria Jurídica ou unidade equivalente do **DOADOR**.

**5.4.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nesta cláusula, o **DONATÁRIO** deverá devolver o(s) material(s) doado(s), no prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação efetuada pelo **DOADOR**, arcando com os custos da devolução e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) mesmo(s).

**5.4.1.** O valor, a natureza e a extensão da depreciação serão apurados em processo administrativo específico, observados o contraditório e ampla defesa.

**5.4.2.** Constituído o débito em favor do **DOADOR**, nos termos Cláusula 5.4.1, caberá ao **DOADOR** a adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES:**

**6.1.** O **DOADOR** não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, bem como pela evicção do (s) material (s) doado (s), ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual.

**6.2.** Quaisquer ônus e responsabilidades que recaiam sobre o(s) material(s) ou decorram de sua utilização a partir da data de assinatura deste Termo são de inteira responsabilidade do **DONATÁRIO**, não recaindo sobre o Estado de Minas Gerais, ainda que subsidiariamente.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DOCUMENTAL:**

**7.1.** O presente Termo deverá ser arquivado por ambas as partes para controle e informação, devendo ser disponibilizado, caso seja necessário, para conferência e auditoria, por, no mínimo, 05 (cinco) anos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:**

**8.1.** Incumbirá ao **DOADOR** divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO:**

**9.1.** O **DONATÁRIO** encaminhará à **Unidade Regional de Saúde de Leopoldina (URSLPD)**, responsável pelo acompanhamento da presente doação, por meio eletrônico, a cada período de tempo definido no "**Plano de Acompanhamento da Doação**" (129948127), a partir da entrega do(s) bem(ns), "**Relatório de Utilização do Material Dado**", conforme modelo, a fim de comprovar a aplicação do(s) material(is) transferido(s) às finalidades constantes na Cláusula Segunda deste termo.

**9.2.** O não envio do Relatório a que se refere o item 9.1, no prazo apropriado, também poderá implicar na consequência a que se refere a Cláusula Quinta deste instrumento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**10.1.** A eficácia desta doação fica condicionada à tradição do(s) material(s).

**10.2.** Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

**11.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões que porventura venham a surgir em função do presente termo.

E, por estarem justas e acertadas, assinam eletronicamente o presente instrumento.

**Flávio Henrique Falcão Araújo**

Presidente

**Camila Moreira de Castro**

Subsecretária de Redes de Atenção à Saúde

QUADRO DE DETALHAMENTO DE MATERIAL(AIS) DOADO(S)						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	E/C (Conforme o SIAD)	FONTE DO RECURSO	VALOR
1	Cardioversor	1	76566781	Bom	Tesouro	R\$20.366,16
2	Ventilador Pulmonar Microprocessado	1	76568156	Bom	Convênio 9245963	R\$18.315,62
3	Ventilador Pulmonar Microprocessado	1	76568164	Bom	Convênio 9245963	R\$18.315,62
4	Ventilador Pulmonar Microprocessado	1	76573796	Bom	Convênio 9245963	R\$68.065,91
5	Ventilador Pulmonar Microprocessado	1	76573800	Bom	Convênio 9245963	R\$68.065,91
6	Ventilador Pulmonar Microprocessado	1	76573818	Bom	Convênio 9245963	R\$68.065,91
7	Ventilador Pulmonar Microprocessado	1	76583066	Bom	Convênio 9245963	R\$36.362,61
8	Monitor Multiparamêtros	1	76589153	Bom	Convênio 9257124	R\$25.058,45
TOTAL						<b>R\$322.616,19</b>

*\*E/C = Estado de Conservação*



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO HENRIQUE FALCAO ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 22/12/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Moreira de Castro**, **Subsecretário(a)**, em 23/12/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **129896297** e o código CRC **4FF16406**.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2025.

Coordenação de Formalização de Transferência de Bens - Secretaria de Estado de Saúde - Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - CEP 31630-900 - Belo Horizonte - MG

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1320.01.0068860/2023-68

SEI nº 129896297



ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0095600/2025-43, em desfavor da CM HOSPITALAR S.A, CNPJ: 12.420.164/0036-87 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0102899/2025-74, em desfavor da Soma/MG Produtos Hospitalares LTDA, CNPJ: 12.927.876/0001-67 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0106838/2025-33, em desfavor da HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA, CNPJ: 08.774.906/0001-75 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 21 de junho de 1993, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0103608/2025-40, em desfavor da PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 81.706.251/0001-98 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0051328/2025-56, em desfavor da BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATORIOS E CORRELATOS LTDA, CNPJ: 04.086.552/0001-15 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0107013/2025-61, em desfavor da SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.927.876/0001-67 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0097498/2025-13, em desfavor da D C R SANTOS LTDA, CNPJ: 33.169.991/0001-90 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0106559/2025-97, em desfavor da SAMEH SOLUCOES HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 25.031.668/0001-27 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0101109/2025-98, em desfavor da ARTE IMPLANTES MATERIAIS CIRURGICOS LTDA, CNPJ: 23.651.237/0001-02 que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022, e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0095613/2025-80, em desfavor da SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.927.876/0001-67, que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022, e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0095643/2025-46, em desfavor da SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.927.876/0001-67, que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

No uso das atribuições conferidas pelo art. 5º da Portaria nº 6, de 15 de fevereiro de 2022, e considerando o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, INSTAURO o processo administrativo punitivo Nº SEI 2010.01.0093409/2025-30, em desfavor da CREMER S.A, CNPJ: 82.641.325/0021-61, que terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para apresentar defesa prévia e juntar toda documentação que julgar pertinente, sob pena de preclusão consumativa.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Diretor de Saúde, com fundamento na Informação nº 196 (128018719) e no uso da competência conferida pela Lei Estadual nº 14.184/2002, pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Portaria nº 06/2022, tendo em vista o Processo Administrativo nº 2010.01.0006972/2025-09, instaurado em face da Auto Suture do Brasil, CNPJ: 01.645.409/0003-90, para apuração de atraso na entrega dos itens das Autorizações de Fornecimento nº 5724 / 6707 / 6713 - Empenho nº 2267/2024, diante do pagamento da multa aplicada, DECIDE pelo ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Punitivo.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Diretor de Saúde, com fundamento na Informação nº 199 (128204722) e no uso da competência conferida pela Lei Estadual nº 14.184/2002, pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Portaria nº 06/2022, tendo em vista o Processo Administrativo nº 2010.01.0057344/2023-08, instaurado em face da BH Farma Comércio LTDA. - CNPJ: 42.799.163/0001-26, para apuração de atraso na entrega dos itens da Autorização de Fornecimento nº 1289 - Empenho nº 55/2018, diante do pagamento da multa aplicada DECIDE pelo ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Punitivo.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Diretor de Saúde, com fundamento na Informação nº 196 (128018719) e no uso da competência conferida pela Lei Estadual nº 14.184/2002, pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Portaria nº 06/2022, tendo em vista o Processo Administrativo nº 2010.01.0006972/2025-09, instaurado em face da Auto Suture do Brasil, CNPJ: 01.645.409/0003-90, para apuração de atraso na entrega dos itens das Autorizações de Fornecimento nº 5724 / 6707 / 6713 - Empenho nº 2267/2024, diante do pagamento da multa aplicada, DECIDE pelo ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Punitivo.

Felippe Gonçalves Declie Fagioli  
Diretor de Saúde

145 cm -23 2163999 - 1

AUTORIZAÇÃO

Com base nas justificativas apresentadas no Projeto Básico SEI (124834191), observada a Nota Jurídica nº 885/2025, SEI (128703685) e com fundamento na Lei Federal nº 14133/21, art. 74, inciso V referente ao processo nº 2012015-276/2025, AUTORIZO a Inexigibilidade de Licitação, destinada à prestação de serviços de locação de imóvel para instalação da Unidade Regional de Curvelo, por meio da pessoa física: AFONSO HENRIQUE FERNANDES, inscrita no CPF - nº:\*\*\*.623.186-\*\*, no valor total de R\$60.130,44(Sessenta mil , cento e trinta reais e quarenta e quatro centavos). A despesa acima mencionada estará acobertada pela dotação orçamentária nº . 2011 10 122 705 2039 1 3 3 90 36 11 0 50 1 - Carla Maria Santos Corrêa - Assessora de Gestão de Atendimento e de Cadastro - p/delegação de competência, Portaria nº 36/2024.

3 cm -23 2163477 - 1

## Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge

HOMOLOGAÇÃO – PE 021/2025

Homologo o Pregão Eletrônico 021/2025 - Processo 5141001 000038/2025 para operacionalização de parte do Acordo Corporativo de Preços nº 001/2024, celebrado com a Google Cloud Brasil Computação e Serviços de Dados LTDA, para a contratação sob demanda de produtos e serviços Google das famílias: Google Workspace Services (“Serviços Google Workspace”) e Google Workspace Services for Education (“Serviços Google Workspace para Educação”), incluindo os requisitos de manutenção e suporte técnico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme Ata de Pregão do dia 19 de dezembro de 2025 e declaro vencedora do certame, para o lote único, a licitante CALRIZ SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.034.087/0001-50, com o desconto de 11,31% (onze vírgula trinta e um por cento). Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2025, Guilherme Luiz da Costa – Superintendente – Superintendência de Suprimentos e Apoio Logístico, Tadeu Barreto Guimarães – Diretor – Diretoria Administrativa e Financeira, Daniel Rodrigues Nogueira – Superintendente – Superintendência de Parcerias e Inovação, Roberto Tostes Reis – Diretor Presidente – Presidência.

4 cm -23 2163954 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº DM-271/24-02

Firmado em 16/12/2025, entre a PRODEMGE e a BRASOFTWARE INFORMÁTICA. Objeto: Acréscimo contratual.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº MM-106/23-02

Firmado em 17/12/2025 entre ELIABE e a PRODEMGE. Objeto: Prorrogação davigência e supressão contratual.

EXTRATATO DA NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DEFINITIVA Nº 001/2025

A Presidência, representada pelo Sr. Roberto Tostes Reis, conforme autorizado pelo art. 170 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC PRODEMGE versão 7, comunica que, em decorrência do Processo Administrativo SEI nº 5140.01.0004456/2025-35, referente ao descumprimento das disposições contratuais do contrato DM-265/24, resolve aplicar à empresa BACULA BRASIL E AMÉRICA LATINA LTDA., com sede na Quadra CRS 502, Bloco C, S/N, Loja 37, Parte 1300, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.330-530, CNPJ. /MF 21.456.594/0001-10, neste ato representado na forma da Lei, por seu representante legal, Sra. Melissa de Oliveira Medrado Poria, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com fulcro no artigo 82 e 83 da Lei 13.303/2016, o que segue: Multa Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato referente a inexecução do contrato e Rescisão unilateral do Contrato, com fundamento na Cláusula Décima Nona – Da Rescisão, itens 19.1.2 e 19.1.7, e no art. 174 do Regulamento Interno, diante do inadimplemento contratual grave e da comprovada incapacidade técnica da contratada para a execução das obrigações assumidas.

6 cm -23 2163980 - 1

AVISO DE PRORROGAÇÃO – PE 009/2024

A PRODEMGE informa que, nos termos do Edital 009/2024, Planejamento 5141001 333/2024 e em observância aos princípios da transparência e da publicidade, foi deliberada a prorrogação do prazo para julgamento do(s) recurso(s), por igual período ao originalmente previsto, conforme despacho técnico devidamente motivado apensado nos autos do processo. O resultado de julgamento será publicado no dia 16/01/2026 no Diário Oficial, no Portal de Compras e site da Prodemge. Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2025.

2 cm -23 2163876 - 1

## Secretaria de Estado de Saúde

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 5º Termo de Aditivo ao Convênio nº. 1321001855/2021, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/Fundo Estadual de Saúde e a Sociedade Beneficente São Camilo. Objeto: para prorrogar a sua vigência por mais 06 (seis) meses, passando o vencimento de 28/12/2025 para 26/06/2026, conforme justificativa contida no processo eletrônico e Plano de Trabalho. Assinatura: 23/12/2025. Signatários: Thamiris Aguiar Maciel (Subsecretária de Gestão e Finanças) e Mateus Locatelli (Representante Legal da Sociedade Beneficente São Camilo).

3 cm -23 2163649 - 1

NOTIFICAÇÃO GERÊNCIA COLEGIADA INTERDIÇÃO CAUTELAR SES/SUBVS-SVS-DVA Nº. 130088900/2025

A Diretoria de Vigilância em Alimentos, nos termos do Artigo 1º da Resolução SES nº 9423, de 03 de abril de 2024, torna pública a medida de interdição cautelar aplicada pela autoridade sanitária estadual através do Termo de Interdição Cautelar DVA.SVS nº. 130088900/2025, por meio da qual ficou determinada a interdição cautelar referente ao produto: Língua Suína, marca: Pais & Filhos, Lote: 278, data de fabricação: 06 11 2025, data de validade: 06 02 2026, Registro sob o nº SIM - Manhuaçu: E.400, produzido por: Especiarias Comércio de Pães Ltda., situado na Avenida Dr. Jorge Hannas, nº 386, Km 37 - Fundos Pais & Filhos, Bairro Bom Jardim CEP 36.906-360 - Manhuaçu/MG, CNPJ: 23.761.387/0001-02, por representar risco de agravo à saúde da população, em virtude da presença de 1,2 x 104 UFC/g de Escherichia coli, quando o máximo permitido é de 103 UFC/g, conforme estabelecido no item 6.c da Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022, alterado pela IN nº 313, de 04 de setembro de 2024. O resultado resta evidenciado no Laudo de análise nº 3157.1P.0/2025 emitido pelo Instituto Octávio Magalhães (IOM) da Fundação Ezequiel Dias (FUNED - LACEN/MG). Publique-se e notifique-se.

Gesiane Peroni Brandão de Almeida

Coordenadora de Gerenciamento de Risco Pós Mercado

5 cm -23 2163513 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – CIS-URG-OESTE

Termo aditivo ao contrato de prestação de serviço por inexigibilidade de licitação nº 45/2022. Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço por inexigibilidade de licitação nº 45/2022, que entre si celebram o EMG/SES/SUS-MG e o Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência Macro-Oeste (CIS-URG-OESTE), inscrito no CNPJ sob o nº 20.059.618/0001-34, do município de Divinópolis/MG. Objeto: Este TERMO ADITIVO tem por finalidade: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços do Termo de Contrato de Prestação de Serviço nº 45/2022; Pagamento de saldo residual apurado conforme Nota Técnica 33/SES/SUBASS-SRA-DRAUE-CTUE/2025. Do valor: Em decorrência da alteração promovida na cláusula primeira deste TERMO ADITIVO, o contrato terá as seguintes alterações: Acréscimo da parcela estadual, no valor de R\$61.989,98 (sessenta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos), referente à Deliberação CIB-SUS/MG nº 5.503, de 28 de novembro de 2025, e incidirá nas próximas 23 (vinte e três) parcelas, conforme cronograma de pagamento presente na Nota Técnica nº 33/SES/SUBASS-SRA-DRAUE-CTUE/2025. O percentual de alteração corresponde a 0,55% (zero vírgula cinquenta e cinco por cento) em relação ao valor do contrato inicial atualizado, considerando a previsão de formalização em dezembro/2025; O valor residual apurado, conforme justificativa apresentada na Nota Técnica nº 33/SES/SUBASS-SRA-DRAUE-CTUE/2025 – e outra que vier a complementá-la – será pago em parcela única; O novo valor mensal estimado do contrato passa a ser de R\$ 4.506.265,80 (quatro milhões, quinhentos e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), e o novo valor global estimado passa a ser de R\$ 264.263.599,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e nove reais). Da dotação: As despesas decorrentes da celebração do presente aditamento ocorrerão por meio da seguinte dotação orçamentária: 4291.10.302.062.4136.0001 339039 10.1. As disposições contidas no Termo de Contrato de Prestação de Serviço nº 45/2022, no 1º Termo Aditivo, no 2º Termo Aditivo e no 3º Termo Aditivo permanecem válidas para todos os fins de direito, tendo sua leitura conjugada a este TERMO ADITIVO. Assinatura: 23/12/2025. Assinam: Pela EMG/SES/SUS-MG, o Sr. Luiz Fernando Prado de Miranda - Subsecretário de Regionalização; pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência Macro-Oeste (CIS-URG-OESTE), o Sr. Di Gianne de Oliveira Nunes – Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência Macro-Oeste (CIS-URG-OESTE).

10 cm -23 2163485 - 1

EXTRATO DE ADITIVO

Extrato de Termo Aditivo ao Convênio nº 021/2025, em cumprimento a determinação exarada pela Secretaria de Estado de Governo. Cedente: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Cessionário: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Objeto: prorrogação da cessão da servidora pública JULIANA AVILA TEIXEIRA, MASP 1213657-8, Especialista em Políticas Gestão da Saúde III/B - EPGS. Vigência: de 01/01/2026 a 31/12/2027 do ato de disposição/cessão. Assinatura: 22/12/2025. Signatários: Fábio Baccheretti Vitor - Secretário de Estado de Saúde e Paulo de Tarso Morais Filho, Procurador-Geral de Justiça. Processo SEI:1320.01.0063677/2025-32 e SEI MPMG nº 19.16.0948.0030443/2025-35.

3 cm -23 2163452 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Convênio nº. 1321001847/2021, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/Fundo Estadual de Saúde e a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos. Constitui o objeto do presente Termo alterar a Cláusula Oitava do Convênio original, para prorrogar a vigência por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, passando o vencimento de 27/12/2025 para 27/12/2026. Assinatura: 22/12/2025. Signatários: Camila Moreira de Castro (Subsecretária de Redes de Atenção à Saúde) e Vivaldo Soares Neto (Presidente da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos).

3 cm -23 2163446 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Mútua Cooperação nº 001/2025, em cumprimento à determinação exarada pela Secretaria de Estado de Governo. Cedente: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Cessionário: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Objeto: prorrogação da cessão da servidora efetiva estadual Camila Cátia Vilela Viana, Especialista em Políticas e Gestão da Saúde - EPGS. Vigência: de 01/01/2026 até 31/12/2026. A presente cessão será com ônus para o CESSIONÁRIO. Assinatura: 22/12/2025. Signatários: Paulo de Tarso Morais Filho, Procurador-Geral de Justiça - Fábio Baccheretti Vitor, Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais. SEI: 1320.01.0181427/2024-57.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Mútua Cooperação nº 003/2025, em cumprimento à determinação exarada pela Secretaria de Estado de Governo. Cedente: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Cessionário: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Objeto: prorrogação da cessão da servidora efetiva estadual LEILA DA ROCHA PORTO FERREIRA, Técnico de Gestão da Saúde - TGS. Vigência: de 01/01/2026 até 31/12/2026. A presente cessão será com ônus para o CESSIONÁRIO. Assinatura: 22/12/2025. Signatários: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, Defensora Pública-Geral - Fábio Baccheretti Vitor, Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais. SEI: 1440.01.0000261/2024-55.

6 cm -23 2163498 - 1

TERMO DE DOAÇÃO

DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Termo de Doação Eletrônico Nº 5658/2025. Processo SEI Nº 1320.01.0068860/2023-68. Doador: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG). Donatário (a): Hospital São Salvador. Objetos: 01 (um) cardioversor, 6 (seis) ventiladores pulmonares, 1(um) monitor multiparâmetros. Valor total da doação: R\$ 322.616,19. Data de Assinatura: 23/12/2025.

2 cm -23 2163813 - 1

TERMO DE DESINTERDIÇÃO DVMC.SVS.

N. 36/25 – 2260.01.0009942/2025-40

A Diretoria de Vigilância em Medicamentos e Congêneres, nos termos do Artigo 1º da Resolução SES Nº 9423 de 03 de abril de 2024, publica a medida de Desinterdição aplicada pela autoridade sanitária estadual através do Termo DVMC.SVS. n. 36/25 – 2260.01.0009942/2025-40,por meio da qual ficou determinada a desinterdição do lote 22300/095, do produto CATETER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA INJEX-CATH SAFETY / 18 G / 1,3 x32mm, marca INJEX INDÚSTRIAS CIRURGICAS LTDA,fab. 07/2024, yal. 06/2029, importado e distribuído por: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA, CNPJ: 59.309.302/0001-99, localizada na Av. Comendador José Zillo, 160 - Distrito Industrial I - Ourinhos - SP - Brasil - CEP: 19.908-170,interditado anteriormente por meio do Termo de Interdição Cautelar DVMC.SVS. n. 24/25 – 2260.01.0009942/2025-40, considerando emissão do Laudo de Análise 2030.1P.1/2025/IOM/FUNED/IOM/FUNED, dessa forma o produto não representa risco de agravo à saúde da população. Nos termos do art. 1º da Resolução SES 9423/2024, a publicação desta medida se faz necessária para eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde da população.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2025

Alessandro de Souza Melo